

ARTIGO

Júlia Ribeiro de Oliveira, Lúcia Isabel C. Silva e Solange S. Rodrigues*

Acesso, identidade e pertencimento: relações entre juventude e cultura

Qual a relação de jovens metropolitanos(as) com a cultura, o lazer e a informação? Em que medida a juventude tem acesso aos bens culturais? Lazer e cultura são entendidos como direitos de jovens brasileiros(as)? Esses(as) são produtores(as) de cultura? Que impacto as vivências juvenis no campo da cultura têm na esfera pública? Que foco as políticas públicas de juventude devem privilegiar nesses aspectos? Essas foram algumas das questões suscitadas ao longo da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: Participação, Esferas e Políticas Públicas.

Uma discussão aprofundada sobre o conceito de cultura não caberia nos limites deste artigo. No entanto, é necessário explicitar a maneira como o empregamos, já que, muitas vezes, é utilizado para marcar distinções como “cultura popular” ou “de elite”, ou, ainda, a cultura é entendida como sinônimo de erudição.

Neste texto, cultura é entendida como “um processo socialmente interativo de construção, compreendendo atividades (práticas culturais) e significados (interpretações) par-

tilhados” (Morais, 2004, p.10). Essa perspectiva põe em relevo tanto a dinâmica pela qual os sistemas culturais são continuamente atualizados como o vínculo entre cultura e vida social, já que são esses “sentidos e significados que tornam possíveis e compreensíveis as condutas sociais” (Geertz, 1978). Nesse processo, os grupos sociais organizam e explicam suas formas de estar no mundo e constroem identidades. Esse enfoque nos ajuda a compreender as práticas dos grupos juvenis (tanto nos agrupamentos formalizados como nos informais e cotidianos) como espaços de construção de cultura. Esses espaços se constituem em redes de relações, nas quais regras e práticas são confrontadas, negociadas e reinterpretadas. Ora, se os grupos têm vivências diferentes, em condições também diferenciadas, a cultura também precisa ser pensada no plural, a exemplo do conceito de juventude (Novaes, 1998, p.5).

Abordar a relação entre cultura e juventude exige perceber como os(as) jovens vivem essa “juventude”: as vulnerabilidades e potencialidades contidas em suas condições

de vida e a pluralidade de expressões culturais que emergem da experiência dos grupos juvenis espalhados por todo o país. Mas também é necessário observar os impedimentos reais e as possibilidades de promover a cidadania cultural de jovens, para que a fruição e a produção cultural deixem de ser privilégio de poucas pessoas. Dessa forma, a juventude deve ser reconhecida e valorizada como produtora de cultura, mais do que como consumidora de bens culturais. Vejamos, então, as informações reunidas ao longo da pesquisa sobre a relação de jovens metropolitanos(as) com as atividades de cultura e lazer.

Juventude partida

As formas de utilização do tempo livre são um indicador significativo do relacionamento dos sujeitos juvenis com a cultura e o lazer. A pesquisa de opinião¹ apontou os lugares mais frequentados por jovens:

construção e reforma de praças e centros juvenis, incentivo às iniciativas juvenis e valorização das culturas regionais.

Temos, portanto, duas juventudes. Os(as) jovens das classes A/B têm acesso facilitado a uma quantidade e diversidade de atividades e espaços, às possibilidades de informação, às tecnologias de comunicação e oportunidades de lazer. E que espaços são destinados a jovens das classes D/E? Estariam “confinados(as)” aos bairros onde moram? Estariam fadados(as) a contemplar de fora ou de longe os “espaços públicos”, os grandes eventos culturais da cidade, os espaços de conhecimento e de lazer, que parecem ter sido originalmente concebidos para uma minoria?

As falas juvenis e os percentuais de frequência aos “espaços da cidade” desenharam o retrato da apropriação desigual da riqueza cultural. Se os *shoppings* e as praças são os espaços “mais democráticos” porque podem ser frequentados sem uso de dinheiro, para

Tabela 1

Lugares mais frequentados por jovens das Regiões Metropolitanas (em %)				
Lugares ^(*)	Total	Classes A/B	Classe C	Classes D/E
<i>Shoppings</i>	69,2	82,4	72,3	53,8
Cinemas	51,2	75,0	52,4	29,3
Parques e praças	47,8	50,9	46,2	47,8
Teatros	15,1	24,6	14,0	8,8
Centros culturais	13,7	20,3	13,3	8,6
Museus	11,6	17,7	11,4	7,2
Nenhum desses lugares	13,1	6,4	10,8	22,2
NS/NO	0,8	0,4	0,9	1,0

(*) COMPORTA RESPOSTA MÚLTIPLA. FONTE: PESQUISA JUVENTUDE BRASILEIRA E DEMOCRACIA: PARTICIPAÇÃO, ESFERAS E POLÍTICAS PÚBLICAS (IBASE/PÓLIS, 2005).

Dessa forma, os grupos de diálogo (GDs) também assinalaram as reduzidas possibilidades de participação juvenil, especialmente das pessoas mais pobres, em atividades culturais ou de lazer. As discussões giraram em torno da dificuldade de acesso a espaços de cultura e de lazer, seja pelo valor dos ingressos, pela concentração de alternativas nas zonas de maior poder aquisitivo das cidades, pela falta de transportes ou pelo alto custo das passagens, pela pouca divulgação dos espetáculos gratuitos e pela falta de segurança pública, que restringe o direito de ir e vir de jovens que moram em regiões mais afastadas. Os(as) jovens também reivindicaram

jovens pobres é preciso mais do que dinheiro (ainda que pese bastante) para ter acesso a outros espaços na cidade (cinemas, museus, teatros, exposições etc.). O recorte da classe social define o “lugar” de cada um, e a desigualdade social tem impacto “sobre as possibilidades de acesso, experimentação, consumo e criação dos mundos da cultura, do lazer e do tempo livre” (Brenner, Dayrell e Carrano, 2005, p. 176).

Estamos diante de uma situação de direitos não garantidos: o direito à fruição cultural, ao divertimento, à cidade. Talvez o direito à juventude seja o principal deles. Se, por um lado, não se pode pensar a pessoa jovem

¹ Foram entrevistados(as) 8 mil jovens, de acordo com o artigo de Ribeiro, Lânes e Carrano, “Diversidade de perfis caracteriza as juventudes brasileiras”, incluído nesta revista, que apresenta alguns dados da pesquisa de opinião.

somente como aquela que consome a produção cultural de seu tempo, por outro, não pode ficar isolada, excluída dessa produção cultural. É preciso ter acesso a ela, conhecê-la, reinterpretá-la e reconstruí-la, como forma de, nessa diversidade, construir sua identidade, perceber relações de alteridade.

Um aspecto importante a ser destacado diz respeito ao papel da escola na promoção e no incentivo das atividades de cultura e de lazer. Na pesquisa de opinião, o espaço escolar aparece fortemente ligado ao acesso de bens culturais. Ou seja, a pessoa jovem que está na escola lê mais do que aquela que não estuda (69,1% x 49,2%), assim como vai mais a espaços onde tem acesso à cultura e ao lazer (90,5% x 83,8%), tem mais acesso ao computador e à Internet (58,3% x 40,7%) e participa mais dos meios de comunicação como produtora (24,7% x 19,8%).

Apesar do excesso de expectativa gerada em torno da escola (da qual se espera que dê conta sozinha daquilo que a família e as outras instituições não deram), não se pode perder de vista que, além da formação regular, a escola desempenha um papel estratégico no estímulo a práticas ligadas à cultura e ao lazer. Não somente por ser a instituição social que está mais próxima de jovens no seu dia-a-dia, mas também por estar geralmente localizada no bairro ou na região em que mora.

Se, por um lado, jovens que estudam possuem mais acesso aos bens culturais, é bem verdade que, entre esses(as), há diferentes oportunidades entre jovens das escolas públicas e das escolas particulares. Estas oferecem com maior frequência atividades como festas, apresentações, filmes, excursões, debates, seminários e feiras, visitas a museus e trabalhos sociais. O fato de essas atividades, em sua maioria, dependerem de recursos financeiros faz com que sejam menos oferecidas nas escolas públicas, extremamente carentes de investimento.

Os índices de participação declarados nas atividades escolares são relativamente altos, principalmente em relação à exibição de filmes (81,3%), seminários (76,6%), debates (73,6%) e festas (69,7%) – o que revela que os(as) jovens aderem a iniciativas participativas, respondem positivamente, participam. Em que pese o fato de que muitas dessas atividades ajudam a compor a avaliação do(a) estudante, elas representam oportunidades privilegiadas para jovens exercitarem a imaginação, a expressão oral, a criação, a sensibilidade estéti-

ca, a ampliação do repertório, a relação com as artes, com as tradições, com a história etc. Durante os GDs, foram citadas as possibilidades que as escolas eventualmente têm proporcionado a jovens das classes populares: participantes se referiram às bibliotecas, aos passeios culturais (visitas a feiras de livros, exposições, museus e centros culturais) e à ida a espetáculos (peças de teatro, cinema), referiram-se às atividades esportivas, quer dizer, a maioria de jovens pobres só teve acesso a tais espaços em grupos por meio de atividades proporcionadas pela escola.

Nos GDs, além de terem demonstrado grande interesse pelas atividades de cultura e lazer, os(as) jovens reconhecem uma estreita relação com a educação e o trabalho, que seriam meios de garantir sua autonomia e a possibilidade de investimento em cultura e lazer. Mais do que a denúncia do não-acesso, trata-se, na verdade, da reivindicação de um direito.

Capacidade de dizer e se fazer ouvir

Ao identificar as formas de participação juvenil e medir seu sentimento com relação às instituições democráticas, a pesquisa mostrou que a juventude se organiza por diversas modalidades de grupos. Nas décadas de 1960 e 1970, a participação juvenil em nosso país ganhou destaque por meio de mobilizações estudantis, imbuídas de demandas por democracia, na luta contra o poder centralizador e ditador, recorrendo a grandes manifestações e greves.

Houve também mobilizações associadas à dinâmica cultural. Um destaque foi o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (UNE) e sua relação com a efervescência cultural que teve impacto na renovação do cinema e da dramaturgia nacionais e que estabeleceu um diálogo com as expressões culturais das mais diferentes regiões do país. No entanto, a ênfase estava na dimensão política.

As atividades culturais e de lazer se configuraram como as iniciativas juvenis contemporâneas com maior visibilidade na esfera pública. Essas modalidades correspondem também a maneiras como os(as) jovens preferem empenhar seu tempo livre, suas energias. A juventude contemporânea, talvez mais que as juventudes de outras épocas, tem a opção de realizar experimentos e socializar-se em grupos, em vez de viver apenas na expectativa de

uma ocupação profissional, muito embora seja a segunda maior preocupação, como aponta nos GDs.

Esse período corresponde a maior integração social, a definição de valores, formação de opinião, desenvolvimento de habilidades que são potencializados pela participação em grupos e atividades sociais de troca com seus pares. De 28% de jovens que afirmaram participar de algum tipo de grupo, 32,5% realizam atividades de esporte e

lazer, 26,9%, de música, dança ou teatro. Atividades de comunicação (produção de boletins, fanzines, rádios e jornais) chegam a 6,3%, são universos mais freqüentados por uma maioria masculina, entre 15 e 17 anos e minoria das classes D/E. Tais iniciativas indicam a criatividade e o interesse de jovens na busca por novas formas de expressão. Constituem-se maneiras de “driblar” as imposições e limitações – de dizer e se fazer ouvir.

* Júlia Ribeiro de Oliveira, Lúcia Isabel C. Silva e Solange S. Rodrigues

Supervisoras regionais da pesquisa em Salvador, Belém e Rio de Janeiro

Espaço para a cultura real

A juventude brasileira do terceiro milênio vive em um país marcado pelas contradições da democracia – e onde o restabelecimento da normalidade democrática não foi acompanhado de distribuição de renda e da superação das desigualdades sociais – e se identifica com outras linguagens e modelos de participação. Suas ações, mesmo se enfatizando a dimensão cultural, também têm repercussões políticas, uma vez que expressam as profundas desigualdades sociais e os preconceitos raciais. Sua mensagem é formadora de opinião e denúncia das condições de vida de grande parte da população. Nesse contexto, compreendemos a demanda de um jovem *rapper* que participou de um dos GDs. Ele espera que “o governo abra mais as portas da cultura, dando oportunidade aos grupos de ensinar a verdadeira cultura dos guetos, vielas, favelas, mostrando ao Brasil a verdadeira cultura dos brasileiros”. Esse é um clamor que deve ser levado a sério no estabelecimento de políticas públicas de juventude em nosso país.

A despeito do emprego da expressão “protagonismo juvenil”, largamente adotada, principalmente para iniciativas voltadas para o empreendedorismo, o que se percebe é que jovens que se destacam em suas ações, pontuais ou não, pela necessidade de escrever a própria história, e demonstram o potencial crítico, por meio de iniciativas de mobilização, reflexão, valorização de identidades e cultura local, constituem um importante movimento de reação a processos históricos de homogeneização

(descaracterizadora das diferenças) e assimilação da cultura de etnias e grupos dominantes. Nesse sentido, torna-se fundamental e socialmente relevante pensar nesses(as) jovens como “antagonistas”, visto que fazem com que as diferenças culturais saiam “da esfera privada e do campo do folclore e do lazer” (Santos, 1995), para representar necessidades e aspirações de diversos grupos étnicos e culturais que compõem esse maravilhoso mosaico que é a cultura brasileira.

Cabe reafirmar as dificuldades vivenciadas pela juventude para aplicar seu tempo livre em atividades culturais e de lazer, já que os(as) jovens precisam conciliá-las com outras necessidades como o trabalho (não apenas para conquistar sua independência, mas para contribuir com o sustento da família), falta de recursos financeiros e, principalmente, a ausência de espaços abertos à juventude, com programações pertinentes e acessíveis.

Tais dificuldades são reforçadas pela inexistência de políticas culturais nacionais e locais que valorizem a expressão cultural da juventude. Além disso, é necessário resgatar as bases culturais da educação juvenil, incorporando novas linguagens no processo pedagógico. E, finalmente, é preciso reconhecer e valorizar essas atividades e espaços como marcadores da criação própria da juventude, como instrumentos de desconstrução de preconceitos – visto que reafirmam as diferenças, em vez de negá-las –, possibilitando a reconstrução de sentidos e significados sobre o mundo. ■

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Culturas do lazer e o tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro Paulo M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MORAIS, Maria de Lima Salum e. *Conflitos e(m) brincadeiras infantis: diferenças culturais e de gênero*. 2004. 247 f.

NOVAES, Regina. Apresentação. In: *Juventude: conflito e solidariedade*. Rio de Janeiro: Iser, 1998. (Comunicações do Iser, 50).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. VII Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, set. 1995, mimeo.